

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.874 - SE (2018/0319350-1)

RECORRENTE : MIKHAEL DOS SANTOS
RECORRENTE : LUIZ EDUARDO DOS SANTOS
RECORRENTE : LAIANE ANTONIA DOS SANTOS
RECORRENTE : T DOS S V
RECORRENTE : W L R DOS S (MENOR)
RECORRENTE : L V DOS S V (MENOR)
RECORRENTE : D DOS S - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRENTE : MARIA HELENA FRANCISCA DOS SANTOS
ADVOGADO : ADAO RODRIGUES DE SOUZA - SE000701
RECORRIDO : UNIÃO
RECORRIDO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO
ADVOGADO : EDUARDO SILVA LEMOS E OUTRO(S) - BA024133
RECORRIDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTES - DNIT
INTERES. : ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

D. dos S. e outros interpuseram agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida nos autos da ação indenizatória de n. 0801147-04.2016.4.05.8500, que reconheceu a ilegitimidade passiva da União e declarou a incompetência do Justiça Federal para processar e julgar o processo com relação ao pedido indenizatório formulado contra o Estado de Sergipe.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região negou provimento ao agravo interno interposto, nos termos da seguinte ementa (fl. 653):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. PROLAÇÃO DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A controvérsia posta à análise no agravo interno trata da alegada impossibilidade de não conhecimento do instrumental, mesmo em face de prolação de sentença, haja vista que tal julgamento monocrático teria ofendido dispositivos do Código de Processo Civil.

2. O disposto no art. 933 do CPC se refere à ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício, entendendo-se por fato superveniente uma questão surgida que venha a modificar a situação existente, não se estendendo tal conceito à prolação de sentença, uma vez que esta circunstância é procedimento inerente ao trâmite processual.

3. A sentença prolatada, bem como o acórdão desse egrégio Regional, esvaziaram o conteúdo do agravo, consoante conclusão da Turma Julgadora, que assim decidiu: "na discussão sobre a legitimidade passiva - já travada nesses autos quando houve o reconhecimento da ilegitimidade passiva

da União - ad causam foi tratado o tema da responsabilidade civil, sendo ressaltado que, como a aludida ponte estava sobre a jurisdição do DNIT, seria essa autarquia federal a responsável pelo evento danoso e, portanto, a parte legitimada para figurar no polo passivo da relação processual, não havendo - e com razão - qualquer discussão acerca do direito patrimonial da União."

4. Perde o objeto o agravo de instrumento com a superveniência da prolação da sentença, tendo em vista que essa se sobrepõe aos efeitos do provimento liminar, por se tratar de juízo de cognição exauriente. Precedentes: STJ, 2ª Turma, REsp 1383406/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, julgado em 24/10/2017, DJe 07/11/2017; STJ, 2ª Turma, REsp 1691928/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, julgado em 21/09/2017, DJe 10/10/2017; AgRg no REsp 1208227/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, 4ª Turma, julgado em 06/08/2013, DJe 15/08/2013.

5. Agravo interno improvido.

D. dos S. e outros interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, apontando que o agravo de instrumento ataca matéria diversa da enfrentada na sentença posteriormente prolatada, razão pela qual não induz à perda do objeto daquele.

Alega, ainda, violação do art. 933 do CPC/2015, sob o fundamento de que qualquer fato superveniente no momento da interposição do agravo de instrumento – *in casu*, a sentença posteriormente prolatada na ação originária – deve obrigatoriamente ser lançado para manifestação das partes.

Contrarrazões ofertadas apenas pela União (fls. 714-724).

É o relatório. Decido.

A competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal.

Nesse contexto, impõe-se não apenas a correta indicação dos dispositivos legais federais supostamente contrariados pelo Tribunal *a quo*, mas também a delimitação da violação da matéria inculpada nos regramentos indicados, para que, assim, seja viabilizando o necessário confronto interpretativo e, conseqüentemente, o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob exame.

Dessa forma, verificado que os recorrentes deixaram de indicar com precisão quais os dispositivos legais que teriam sido violados – com relação à sustentada ausência de perda do objeto do agravo de instrumento interposto, apresenta-se evidente a deficiência do pleito recursal neste particular, atraindo o teor da Súmula n. 284 do STF.

Acerca do assunto, destaco os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INCIDÊNCIA, POR

ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NECESSIDADE DE REEXAME DOS FATOS E DAS PROVAS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. "A via estreita do recurso especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos, sendo certo que a falta de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o Enunciado Sumular nº 284 do STF". (AgRg no REsp n. 919.239/RJ; Rel. Min. Francisco Falcão; Primeira Turma; DJ de 3/9/2007.)

2. O Tribunal de origem concluiu: "No mérito, trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com pleito indenizatório, através da qual objetivou a autora obstar cobrança pela ré em relação à tarifa de esgoto, serviço não prestado pela concessionária, bem como a repetição, em dobro, dos valores já pagos" (fl. 167, e-STJ).

3. A agravante sustenta não haver na demanda pedido que objetive o cumprimento de obrigação de fazer/não fazer. Decidir de forma contrária ao que ficou expressamente consignado no v. acórdão recorrido, com o objetivo de rever o objeto do pedido deduzido na petição inicial, implica revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 983.543/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 5/5/2017.)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTO ERRO MATERIAL. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. GDAR. TRANSFORMAÇÃO EM VPNI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

I - Pretende o agravante o reconhecimento de que a gratificação GDAR, transformada em VPNI, não foi retirada do ordenamento jurídico pela Lei n. 11.784/08 e que sua supressão vai de encontro ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à irredutibilidade de vencimentos.

II - Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que deixa de estabelecer, com a precisão necessária, quais os dispositivos de lei federal que considera violados, para sustentar sua irresignação pela alínea a do permissivo constitucional, o que atrai a incidência do enunciado n. 284 da Súmula STF.

III - O Tribunal de origem não analisou o erro material mencionado nas razões recursais, não debateu a suposta afronta ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à irredutibilidade de vencimentos, tampouco examinou a matéria recursal à luz do art. 29 da Lei n. 11.094/05.

IV - Descumprido o necessário e indispensável exame dos dispositivos de lei invocados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, de maneira a atrair a incidência dos enunciados n. 282 e n. 356 da Súmula do STF, sobretudo ante a ausência de oposição dos cabíveis embargos declaratórios a fim de suprir os supostos erro material e a contradição do julgado.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp n. 1.597.355/CE, Rel. Ministro Francisco Falcão,

DJe 10/3/2017.)

Ademais, o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, acerca da ilegitimidade passiva da União, confirmada pelo Tribunal de origem quando do julgamento da apelação que desafiou a sentença prolatada posteriormente à interposição deste agravo de instrumento, com a consequente perda do objeto deste, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283. É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284. É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, I, do RI/STJ não conheço do recurso especial

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator